

O DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE *DOWN*

Camila Cherbaty da Silva Orlando¹

Jacqueline Fernanda Viaro²

Pamela Ramalho Felix³

Vivianne Augusta Pires Simões⁴

ORLANDO, C. C. da S.; VIARO, J. F.; FELIX, P. R.; SIMÕES, V. A. P. O desenvolvimento escolar da criança com Síndrome de *Down*. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umuarama, v. 14, n. 2, p. 243-257, jul./dez. 2014.

RESUMO: Este artigo tratará sobre uma síndrome muito comum em nossa sociedade, a síndrome de Down. Como é o aprendizado desta criança na pré-escola e nas séries iniciais. Pontua também sobre a necessidade do professor se especializar para atender este aluno e suas dificuldades. Discorre sobre a inclusão e a necessidade que este aluno tem de estar na rede regular de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome de Down; Aprendizagem; Inclusão; Educação.

SCHOOL DEVELOPMENT OF CHILDREN WITH DOWN SYNDROME

ABSTRACT: This article will address a very common syndrome in our society, the Down syndrome. It will study the learning of children with such syndrome in preschool and the early grades. It will also point out the need of the teacher being specialized to meet the needs and difficulties of such student. It talks about inclusion and the need for such student to be in the regular school system.

KEYWORDS: Down Syndrome; Learning; Inclusion; Education.

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia: e-mail: camilacherbaty@hotmail.com

²Acadêmica do Curso de Pedagogia: e-mail: jackfernanda93@hotmail.com

³Acadêmica do Curso de Pedagogia: e-mail: pamelaramalho@hotmail.com

⁴Mestre em Educação pela UFU- Universidade Federal de Uberlândia. Professora da Unipar- Sede Universidade Paranaense E-mail: vivianne@unipar.br

EL DESARROLLO ESCOLAR DE NIÑOS CON SÍNDROME DE *DOWN*

RESUMEN: Este artículo tratará sobre un síndrome muy común en nuestra sociedad, el síndrome de *Down*. ¿Cómo es el aprendizaje de estos niños en el preescolar y en los primeros grados. También señala sobre la necesidad del profesor especializarse para atender estos estudiantes y sus dificultades. Discurre sobre la inclusión y la necesidad de que estos estudiantes estén en el sistema de enseñanza regular.

PALABRAS CLAVE: Síndrome de Down; Aprendizaje; Inclusión; Educación.

INTRODUÇÃO

O nascimento de uma criança com síndrome de *Down* é mais comum do que pensamos. Uma a cada 800 a 1.100 crianças nascidas têm síndrome de *Down*. Antigamente era comum a exclusão dessas pessoas pela família, por vergonha ou medo de comentários maldosos que as pessoas poderiam fazer. Para os pais, aceitar este filho como ele é, com suas limitações e dificuldades, a princípio pode ser bem difícil, pois esta criança necessitará de cuidados especiais e muitos pais se veem em desespero por medo de não conseguirem suprir todas as necessidades desta pequena criança. Felizmente, esta realidade vem mudando devido a campanhas e a própria procura por conhecimento por parte dos pais e familiares.

Os pais ao aceitarem seu filho com síndrome de *Down*, sem perceber, dão o primeiro passo para a tão falada inclusão. Ao levar o filho ao supermercado, ao parque ou até mesmo uma simples caminhada, os pais estão executando seu papel de cidadãos que incluem e aceitam as diferenças.

Não que o preconceito seja justificável, muito pelo contrário, é uma prática que deve ser banida de todos os ambientes, contudo, a partir do momento em que convivemos mais com pessoas diferentes, aprendemos que essas distinções não podem nos influenciar a pensar e muito menos mencionar algo que despreze ou humilhe a pessoa com síndrome de *Down* ou qualquer outra deficiência.

No ambiente escolar, esta inclusão deve partir de cima, de dire-

tores e coordenadores que incentivem o preparo de seus professores para trabalhar com essas crianças e a amá-las como elas são e, conseqüentemente, a partir da aceitação do professor os alunos aprenderão a respeitar as diferenças e a conviver com esta linda diversidade existente. Mas, nem sempre esta inclusão foi fácil, somente por volta da década de 60 sob a influência de movimentos liderados pela Sociedade Pestalozzi e pelas APAES, que as leis começaram a defender a inclusão e a educação de crianças e jovens com deficiência.

Considerando que as crianças com síndrome de *Down*, em sua primeira infância, ao serem estimuladas podem atingir um alto grau de desenvolvimento, os pais não podem privar seus filhos deste alargamento de conhecimentos pelo simples fato do medo da não aceitação. Claro que devem tomar os devidos cuidados com seus filhos, mas sem deixar de lado o aspecto social que esta criança terá no ambiente escolar.

O QUE É A SÍNDROME DE *DOWN*

A síndrome de *Down*, ou trissomia é um distúrbio genético causado pela presença de um cromossomo 21 extra total ou parcialmente. “Quando os pais são informados que a síndrome de *Down* ocorre uma vez a cada 800 a 1.100 nascimentos, não podem se questionar sobre porque isso aconteceu justamente com eles” (REILY, 2002, p. 25). Por esse motivo é tão comum cruzarmos nas ruas com pessoas com síndrome de *Down*.

É caracterizada por uma combinação de diferenças maiores e menores na estrutura corporal. Geralmente a síndrome de *Down* está associada a algumas dificuldades de habilidade cognitiva e desenvolvimento físico, assim como de aparência facial. “A síndrome de *Down* é geralmente identificada no nascimento, pois apresentam algumas características físicas, como os olhos amendoados, possuem maior propensão ao desenvolvimento de algumas doenças, possuem também hipotonia muscular, que é uma doença que afeta o sistema nervoso e deficiência intelectual”.

As pessoas com síndrome de *Down* costumam ser menores e ter um desenvolvimento físico e mental mais lento que as pessoas sem a síndrome. “A maior parte dessas pessoas tem retardo mental de leve a moderado; algumas não apresentam retardo e se situam entre as faixas limítrofes e médias baixa, outras ainda podem ter retardo mental severo”.

Mas existem muitos casos que só aparenta ter a síndrome, pelo físico, pois não altera em nada o desenvolvimento mental. Assim como qualquer ser humano, a criança com síndrome de *Down* necessita de estímulos que a desafiem para que ela possa se desenvolver cada dia mais.

Os pacientes apresentam baixa estatura e o crânio apresenta braquicefalia, com o occipital achatado. O pavilhão das orelhas é pequeno e dismórfico. A face é achatada e arredondada, os olhos mostram fendas palpebrais e exibem manchas de Brushfield ao redor da margem da íris. A boca é aberta, muitas vezes mostrando a língua sulcada e saliente, as mãos são curtas e largas, frequentemente com uma única prega palmar transversa, os pés mostram um amplo espaço entre o primeiro e o segundo dedos⁵.

Crianças com síndrome de *Down*, por terem a língua um pouco mais larga, têm dificuldade para fazer coisas simples, como manter a boca fechada e sugar uma bebida com o canudinho. Entretanto, não é algo impossível, pois com o apoio da família, dificuldades consideradas complexas, podem se tornar simples a partir da dedicação e amor pela criança.

A criança com síndrome pode sem dúvida ter um bom desenvolvimento de suas capacidades mentais, ela pode se realizar quanto profissionalmente e ter autonomia, ela é capaz de amar, aprender, se divertir e trabalhar. Ela poderá ocupar um lugar próprio e digno na sociedade⁶.

EXPECTATIVA DE VIDA

Devido aos avanços da medicina, que hoje trata os problemas médicos associados à síndrome com relativa facilidade, a expectativa de vida das pessoas com síndrome de *Down* vem aumentando incrivelmente nos últimos anos.

Tanto que em 1947 a expectativa de vida era entre 12 e 15 anos, em 1989, subiu para 50 anos. Atualmente, são cada vez

⁵Citação do site: www.movimentodown.org.br/node/1. acesso em 15 jun. 2013

⁶Citação do site: www.wikipedia.org/wiki/Síndrome_de_Down. acesso em 15 jun. 2013

mais comuns pessoas com síndrome de *Down* chegarem aos 60, 70 anos, ou seja, uma expectativa de vida muito parecida com a da população em geral⁷.

Lembrando sempre que a criança com síndrome de *Down* deve ser tratada como as outras, com carinho, respeito e naturalidade. Sempre incentivar, apoiar, elogiar tudo o que ela faz, e “é importante frisar que um ambiente amoroso e estimulante, intervenção precoce e esforços integrados de educação irão sempre influenciar positivamente o desenvolvimento desta criança⁸.”

INCLUSÃO NA SOCIEDADE EM GERAL

“Toda criança deve ser incluída na sociedade desde que ela nasce. Ela precisa primeiro ser genuinamente inserida na sua família, senão fica muito difícil pensar em inclusão escolar e social⁹.”

Contudo o que acontece muitas vezes é a rejeição dos próprios pais, logo que descobrem que o filho tem síndrome de *Down*, e a criança já sente isso, então primeiramente a inclusão deve ser em casa e logo depois vem a escola que terá um papel fundamental na vida dessas crianças.

A inclusão de alunos com síndrome de *Down* está a cada dia aumentando mais, pois ao entrarem na escola de ensino regular, têm seu desenvolvimento melhorado no social. uma vez que possuem:

- Oportunidades diárias de se misturar com seus parceiros, com desenvolvimento típico, proporcionam modelos para comportamento de acordo com a faixa etária;
- As crianças têm oportunidade de desenvolver relações com crianças de sua própria comunidade;
- Ir à escola comum é um passo chave em direção à inclusão na vida comunitária e na sociedade como um todo¹⁰”.

E também aprendem muito mais fácil, melhor e mais rápido, interagindo com crianças sem deficiências. No Portal síndrome de *Down* encontra-se algumas informações sobre os fatores que facilitam e dificultam

⁷Citação o site: www.portalsindromededown.com / acesso em: 10 out. 2013

⁸Citação o site: www.portalsindromededown.com / acesso em: 10 out. 2013

⁹Citação o site: www.portalsindromededown.com / acesso em: 10 out. 2013

¹⁰Citação o site: www.portalsindromededown.com / acesso em: 10 out. 2013

tam o aprendizado.

FATORES QUE FACILITAM O APRENDIZADO

- Forte reconhecimento visual e habilidade visual de aprendizado, incluindo:
- Habilidade de aprender e usar sinais, gestos e apoio visual;
- Habilidade para aprender e usar a palavra escrita;
- Imitação de comportamento e atitudes dos colegas e adultos;
- Aprendizado com currículo prático e material e com atividades de manipulação.

FATORES QUE INIBEM O APRENDIZADO

- Desenvolvimento tardio de habilidades motoras, tanto finas quanto grossa;
- Dificuldades de audição e visão;
- Dificuldades no discurso e na linguagem;
- Déficit de memória auditiva recente;
- Capacidade de concentração mais curta.

Resumindo, as crianças com síndrome possuem uma maior dificuldade, levam mais tempo para aprender, possuem pontos fracos em determinadas circunstâncias, mas têm pontos fortes em outras. Portanto, a escola deve exercer esse papel tão importante na formação pessoal dessas crianças, pois por meio de métodos, planejamento e aulas diferenciadas o professor conhece cada aluno, quais suas qualidades, quais as suas dificuldades e habilidade, tendo como papel principal a formação dessas crianças quanto futuro cidadãos.

Mas, infelizmente, junto com essa questão da inclusão surge o preconceito, pelo fato de muitos pais não aceitarem que seus filhos tenham contato com essas crianças. Ainda existem pessoas com preconceito, e isso deve ser um processo enfrentado a cada dia, mesmo que isso cause uma dor muito grande para os pais, são eles que devem lutar para conquistar o espaço de seus filhos com síndrome, pois é um direito, serem inclusos.

A inclusão dessas pessoas não deve ser somente uma utopia, pois o preconceito é o maior obstáculo para que a inclusão seja feita¹¹.

O AMPARO DAS LEIS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Em 1961, se promulgou a primeira Lei de Amparo ao Excepcional: Lei Federal 4.024 do Ministério da Educação (MEC), que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, começou-se a considerar a possibilidade de atendimento aos excepcionais quando possível no sistema geral de educação. Esta lei também propôs a doação de bolsas, empréstimos e subvenções a escolas particulares que oferecem ensino eficiente aos excepcionais.

Em 1971, a Lei Federal 5.692, no artigo 9º, permitiu que cada Conselho Estadual de Educação estabelecesse as suas próprias diretrizes para o atendimento aos excepcionais. Para determinar as Diretrizes Básicas da Educação Especial em nível Nacional foi criado, em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que ganhou força durante esses anos e, em 1987, foi transformado em Secretaria de Educação Especial (SESP), com sede em Brasília. Todavia, mesmo com todo respaldo que esta lei dá para garantir o ensino da Educação Especial, existem crianças e jovens que ficam impedidos de frequentar escolas apropriadas, sendo até então descaso social.

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

Art.207. Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos

¹¹Citação do site: www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BP07.pdf

e obstáculos arquitetônicos”.

Outra lei foi a CONVENÇÃO OIT 159/63, que recomenda aos países membros deste organismo internacional, que considerem que o objetivo da readaptação profissional é permitir que pessoas portadoras de deficiência consigam e mantenham um emprego conveniente, progridam profissionalmente e, por conseguinte, tenham facilitada sua inserção ou sua reinserção na sociedade.

A nossa Carta Política, ao tratar na Seção I do Capítulo III do Título VIII, sob-rubrica da ORDEM SOCIAL, da Educação, prevê nos arts. 205; 206 e inc. I; 208 e incs. III e IV; e 213 e inc. I, que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Os problemas das necessidades educacionais passaram a ocupar lugar de destaque a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, em 1994.

A referida Conferência foi planejada para atender a duas preocupações essenciais: Garantir a todas as crianças, particularmente àquelas com necessidades especiais, acesso às oportunidades da educação e promover educação de qualidade com introdução de ideias inovadoras sobre a relação entre os serviços de educação especial e a reforma do sistema educativo.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA LEI DE DIRETRIZES E BASES

A lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 20/12/96, definiu a Educação Especial como “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para estudantes especiais”.

O capítulo V da referida lei, dedicando inteiramente ao assunto, previu à criança, quando necessário, de serviços de apoio especializado na escola regular para a clientela da educação especial; o atendimento em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular; e o início da educação especial de zero aos seis anos (SCHWARTZMAN, 1999, p. 255).

Nos termos da mencionada lei, os sistemas de ensino deverão assegurar aos educando com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas e recursos educativos e organização específicos; terminalidade específica para os que não puderem completar o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental; professores com especialização adequada; educação especial para o trabalho e acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares.

No entanto, a educação de crianças com SD, apesar de sua complexidade, não invalida a afirmação de que tem possibilidade de evoluírem, pois, com o devido acompanhamento, poderão tornar-se cidadãos úteis à comunidade, embora seu progresso não atinja os patamares das crianças “normais”.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE *DOWN* NOS ANOS PRÉ-ESCOLARES

As crianças com síndrome de *Down*, por volta do século passado, eram levadas às instituições especializadas criadas em diversos países. “Entretanto o atendimento que recebiam nestes locais era voltado à higiene e cuidados médicos e não ao desenvolvimento pedagógico.” (WERNECK, 1993, p. 157). Atualmente, as instituições espalhadas pelo país não deixam de lado os aspectos de higiene e atendimento médico, mas conseguem focar o desenvolvimento dessas crianças ao que se refere à motricidade, coordenação motora fina e grossa, à afetividade e cognição que antes eram aspectos esquecidos ou considerados desnecessários às

crianças com síndrome de *Down*. “Se os portadores de síndrome de *Down* não são desprovidos de inteligência, mas têm apenas uma inteligência mal estruturada, nosso objetivo é fazer com que desenvolvam o máximo esse potencial cognitivo” (WERNECK, 1993, p. 162).

A inclusão dessas crianças no ensino regular vem sendo aplicada e é de suma importância, pois somente o trabalho realizado pelas instituições especializadas não é o suficiente para realmente incluí-los na sociedade, portanto, “(...) uma experiência positiva na pré-escola exerce um papel muito importante nas suas vidas durante os anos de formação.” (PUESCHEL, 1993, p. 167).

Confrontando com a ideia de inclusão, encontramos facilmente profissionais amedrontados por estarem despreparados para tal feito. “Contudo estes alunos não são incluídos na sala de aula sem que haja um profissional devidamente preparado e instruído para lidar com este aluno e suas limitações. E para ser eficaz, a professora deve ter um interesse sincero na criança especial, uma dose saudável de compaixão e uma compreensão geral sólida sobre o desenvolvimento infantil.” (PUESCHEL, 1993, p. 172). “Como educadores, não devemos nos conformar em avaliar habilidades, destrezas, conhecimentos que a criança especificamente tem ou em que medida os tem. Precisamos nos fixar na evolução dos processos e não só nos produtos ou resultados.” (WERNECK, 1993, p. 161).

Há alguns anos, as crianças com síndrome de *Down* eram escondidas, pois os pais tinham vergonha de mostrá-las à sociedade. Atualmente o preconceito infelizmente ainda existe, mas de forma mais superficial, pois as abordagens feitas pelos médicos desde o pré-natal e a própria mídia passaram a esclarecer algumas dúvidas sobre esta síndrome, fazendo com que os pais busquem cada vez mais pela inclusão de seus filhos.

“Por este motivo, a exposição pública é a melhor forma de introduzir a criança com síndrome de *Down* à comunidade. Por intermédio dos contatos cotidianos, eles se tornam mais confortáveis com pessoas menos familiares.” (PUESCHEL, 1993, p. 168). E isto facilita o ingresso destas crianças na pré-escola. Portanto este processo de socialização é de suma importância para o desenvolvimento desta criança no ambiente escolar.

Ouvimos frequentemente que cada criança tem seu tempo para comer sozinha, andar, identificar cores, andar de bicicleta e toda infinidade de coisas aprendidas na infância. A criança com síndrome de *Down*

não é diferente. “A criança com síndrome de *Down* pode aprender uma infinidade de coisas na creche e pré-escola. Assim como as crianças normais apresentam talentos variados, as crianças entre 3 e 5 anos de idade com síndrome de *Down* apresentam uma larga abrangência de desenvolvimento.” (PUESCHEL, 1993, p. 171).

“Muitas crianças com síndrome de *Down* têm um rendimento escolar semelhante ao da média da população brasileira” (WERNECK, 1993, p. 158). Portanto, assim como qualquer outra criança deve ter sua independência. A criança com síndrome de *Down* também não pode depender integralmente de seus pais, pois isto a atrapalhará na socialização com os colegas, podendo também fazer um paralelo no processo de aprendizagem que assim como as crianças que frequentam a rede regular, o aluno com síndrome de *Down* também consegue aprender dependendo sempre dos estímulos que recebe e da forma com que é passado o conteúdo.

A alegria da descoberta que é estimulada no ambiente pré-escolar é muito recompensadora para a criança com síndrome de *Down*. “Mais adiante, a criança que parece apresentar o melhor desempenho é aquela criança que foi instigada a tentar e a crescer” (PUESCHEL, 1993, p. 175). Ao que se trata da memória da criança com síndrome de *Down*: “Ao contrário do que o leigo pensa, notamos que a criança com síndrome de *Down* tem boa memória e dificilmente esquece o que aprende bem” (WERNECK, 1993, p. 163). E este “aprender bem”, depende do papel desempenhado pelo professor que ao realizar seu trabalho com amor e dedicação consegue este avanço no aprendizado do aluno com síndrome de *Down*.

ANOS ESCOLARES

Algumas crianças com síndrome de *Down* ou não, podem apresentar certa resistência nos primeiros dias de aula se não frequentaram a pré-escola. Este é um comportamento normal, pois tudo aquilo que está sendo oferecido à criança no ambiente escolar, é algo totalmente diferente do que ela vivenciou até aquele momento com sua família. Portanto, o auxílio dos pais e professores neste momento é essencial, pois a criança precisa se interessar pela escola, que deve ser para ela, algo prazeroso.

A escola deve oferecer uma oportunidade para as crianças envolverem-se em relacionamentos com os outros e deve prepará-las para, posteriormente, contribuir de forma produtiva para a sociedade. “Finalmente, as escolas devem oferecer uma base fundamental de vida, encorajando o desenvolvimento de habilidades acadêmicas básicas, habilidades físicas, independência em sua vida diária e competência social bem como linguagem” (PUESCHEL, 1993, p. 180). Desse modo a escola não pode ser considerada um local que ensinará para o aluno apenas a leitura, a escrita e a aritmética, ensina conceitos e comportamentos que devem ser levados para a vida na sociedade.

A criança com síndrome de *Down* também aprenderá a ler e escrever, mas para isto tanto os pais quanto os professores precisam respeitar o tempo do processo de aprendizagem desta criança. “O processo de alfabetização é apenas resultado de um amadurecimento que se dá de dentro para fora. Ou seja, uma criança só consegue aprender a ler e a escrever quando ultrapassa etapas importantes do seu amadurecimento psíquico, físico e motor” (WERNECK, 1993, p. 164).

Portanto, é errôneo aquele que diz que a criança com síndrome de *Down* não aprenderá a falar bem e corretamente, que não praticará esportes por conta de suas limitações físicas, não aprenderá a ler e escrever e muito menos entrará no mercado de trabalho. Muito pelo contrário, a inclusão dessas pessoas tanto na escola quanto no mercado de trabalho está crescendo cada dia mais.

O incentivo faz bem para qualquer criança, principalmente para as com síndrome de *Down*, pois os elogios às deixam motivadas na busca de novos desafios. O professor não precisa e nem pode presentear o aluno pelo bom desempenho, mas gestos simples como um sorriso de aprovação e palavras incentivadoras são suficientes para elevar a ânsia de aprender ainda mais.

“Cada criança tem seu próprio potencial, que deve ser explorado, avaliado e depois desafiado. As crianças se sentem bem com o bom desempenho escolar. É um fator que as encoraja, aumenta sua autoestima e estimula novas tentativas” (PUESCHEL, 1993, p. 181).

Algo importantíssimo para que esta conquista seja alcançada é a forma com que o professor recebe este aluno e o trata no dia a dia. A reação que o professor tem com a presença do aluno com síndrome de

Down dentro de sala de aula pode levá-lo a pensar que a escola é um lugar ruim de broncas e repressões ou buscar a cada dia aprender coisas novas.

Portanto, se a pessoa que está trabalhando com a criança aproximar-se já de início de forma positiva, aceitável para a criança, a orientação e aprendizagens eficazes se sucederão. “Entretanto, se as crianças não se sentirem aceitas ou perceberem que a pessoa não quer trabalhar com elas, uma barreira será erguida entre professor e aluno, prejudicando a motivação da criança e interferindo no processo de aprendizagem” (PUESCHEL, 1993, p. 181).

“A principal finalidade da educação, da infância à adolescência, é a de preparar os indivíduos a serem eficazes e bem sucedidos na vida adulta” (PUESCHEL, 1993, p. 183).

Com as crianças e adolescentes com síndrome de *Down* não é diferente, o preparo deles para a vida deve ocorrer apenas de uma forma que seja simples para o entendimento e completa no sentido de abranger todas as áreas. Por esse motivo o preparo do profissional da área que lidará com esta criança ou adolescente deve ser contínuo, pois como cada um de nós é diferente entre si, a pessoa com síndrome de *Down* também tem tempo diferente para aprender, mesmo quando se trata de pessoas como ela.

O papel dos pais nesta fase é essencial. A maioria deles se preocupa com a forma que seu filho com síndrome de *Down* vai interagir com as outras pessoas, se terão oportunidade no mercado de trabalho, se serão aceitos pela sociedade em geral e se serão felizes, mas somente a preocupação não moverá as pessoas a seu favor, é preciso correr atrás e buscar meios de incluir e mostrar a capacidade que essas pessoas têm, e que sua síndrome não as limita de praticar atividades comuns do dia a dia.

A inclusão também deve acontecer nas atividades escolares, pois é por meio delas que a criança e o adolescente com síndrome de *Down* aprenderão atuar no mundo e vencer suas dificuldades. Noção de tempo, limites e responsabilidade, também devem ser ensinadas na escola, como por exemplo, não é por causa da síndrome que o aluno terá mais tempo para realizar a atividade proposta, a não ser que tenha alguma limitação física para realizá-la.

“Além disso quer seja total, quer parcial, a integração deve ocorrer na escola do bairro onde o aluno mora.” (PUESCHEL, 1993, p. 185).

E para que essa inclusão seja efetiva, considera-se, mais uma vez,

o papel dos pais, que devem levar o filho para conviver com outras pessoas. A prática de atividades físicas que aparentemente não são tão importantes exerce um papel fundamental no desenvolvimento desta criança com síndrome de *Down* dentro e fora da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para haver igualdade, precisamos pensar desigualmente. Esta pequena frase expressa tudo sobre a inclusão, pois quando tratamos da inclusão de uma criança com síndrome de *Down* no ensino regular, não quer dizer que apenas a colocaremos na sala de aula com os outros alunos e pronto, está incluída. Muito pelo contrário, a especialização em Educação Especial é um dos pré-requisitos para trabalhar com crianças com síndrome de *Down*, pois estas necessitam de um atendimento diferenciado que respeite suas limitações e aconteça de acordo com seu desenvolvimento, sem deixar de lado o aspecto de que esta criança, com síndrome de *Down*, assim como as outras terá tempo pré-estabelecido para realizar cada atividade.

O desenvolvimento da criança com síndrome de *Down*, tanto no aspecto motor, quanto o escolar, é um pouco mais lento do que o das crianças que não tem deficiência, mas nada a impede de frequentar e acompanhar uma sala de aula de ensino regular com o auxílio do profissional da área e apoio dos colegas de classe.

Infelizmente, o preconceito ainda ronda os ares das escolas e da sociedade e a falta de tolerância com o diferente ou com aquele que não se enquadra aos padrões determinados pela sociedade os exclui de algumas atividades e ambientes.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. **Do direito a educação aos portadores da Síndrome de Down**. Disponível em: <www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=619>. Acesso em: 07 jun. 2012.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional**: nova LDB (Lei nº 9.394/96). Disponível em: <<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/03fe25bf-f2c9-459a-bee2->

-f00c1b0b2a0e.pdf>. Acesso em: 09 out. 2012

DOWN syndrome. Disponível em: <www.wikipedia.org/wiki/Síndrome_de_Down>. Acesso em: 07 jun. 2014.

MOVIMENTO Down Disponível em: <www.movimentodown.org.br/node/1>. Acesso em: 09 out. 2012.

PUESCHEL, S. M. C. **Síndrome de Down**: guia para pais e educadores. São Paulo: Papyrus, 1993.

SCHWARTZMAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.

SÍNDROME de Down. **ABC da Saúde**. Disponível em: >. Acesso em: 07 jun. 2012.

SÍNDROME de Down: inclusão e tecnologias assistidas. Disponível em: <www.sindromedownpuc.blogspot.com.br/>. Acesso em: 07 jul. 2014.

SÍNDROME de Down. **Portal São Francisco**. Disponível em: <www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/sindrome-de-down/#ixzz1xDbyVpBa>. Acesso em: 09 ago. 2012.

WERNECK, C. **Muito prazer, eu existo**: um livro sobre as pessoas com síndrome de Down. Rio de Janeiro: WVA, 1993.

Recebido em: 05/11/2013
Aprovado em: 27/10/2014